

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE POLÍTICA NACIONAL

FORTALECER A LUTA CONTRA A EXTREMA DIREITA PARA CONSTRUIR UM NOVO BRASIL

1. O principal elemento da conjuntura política brasileira é a vitória de Lula nas eleições presidenciais. Essa vitória, resultado da mobilização de milhões de militantes em todo o Brasil, colocou fim a quatro anos do governo de extrema direita liderado por Jair Bolsonaro em aliança com a velha direita fisiológica. O PSOL foi parte decisiva dessa construção, apoiando Lula desde o primeiro turno a partir de um diálogo franco e altivo, com o lançamento do programa Direito ao Futuro, contribuindo assim para a construção de um programa de superação da crise brasileira.
2. O Brasil foi devastado por quatro anos de Bolsonaro na presidência e quase sete desde a implementação da agenda do golpe. O resultado desse legado não poderia ser mais trágico: inflação, desemprego, agravamento da crise ambiental, aumento da fome e da pobreza extrema, desmonte das empresas públicas, congelamento salarial de inúmeras categorias, enfraquecimento das políticas de proteção social e aumento de diferentes formas de violência. Por isso, o peso social do bolsonarismo e a eleição de governadores alinhados com este projeto de atraso são preocupações de primeira ordem do PSOL.
3. Uma das faces mais trágicas da situação política brasileira é a existência de chacinas que matam o povo negro e pobre da periferia, particularmente a juventude. Apenas em 2023, as chacinas no Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, deixaram mais de uma centena de mortos. Isto apenas comprova a validade da luta por direitos humanos e a importância estratégica do combate ao genocídio da juventude negra. A outra face é o acirramento dos desastres naturais que atingem a população mais vulnerável, particularmente negra, pobre, periférica e ribeirinha, sem que haja investimento em políticas de prevenção e proteção aos atingidos, assegurando nova moradia e recuperação dos danos sofridos.
4. As primeiras medidas do governo representaram uma mudança de rumos em relação ao programa de desmonte das políticas sociais de Bolsonaro, privilegiando ações simbólicas que pudessem representar uma ruptura com o ciclo anterior. A denúncia da crise humanitária na Terra Indígena Yanomami, a volta de programas como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos, o aumento de 39% dos valores destinados à merenda escolar, o reajuste das bolsas de estudo, o enfrentamento ao garimpo ilegal, a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres, a recriação de ministérios extintos por Temer e Bolsonaro, dentre outras medidas, mostram um sentido de clara descontinuidade em relação à agenda de ataques que vivemos nos últimos anos.

A maior vitória até aqui, no entanto, foi o isolamento do bolsonarismo e a derrota da tentativa de golpe promovida em 8 de janeiro por grupos de extrema direita com o apoio de parte das Forças Armadas, da Polícia Militar do DF e de autoridades ligadas a Bolsonaro. A firmeza do governo ao anunciar a intervenção na segurança pública do Distrito Federal, a demissão do comandante do Exército e uma convocação à unidade nacional contra o golpismo foram fundamentais. Os atos convocados pelas frentes Povo

Sem Medo e Brasil Popular reafirmam a importância da mobilização popular no combate à extrema direita, grupos extremistas e financiadores do bolsonarismo.

5. A ampla condenação institucional do golpe enquadrou até governos estaduais alinhados ao bolsonarismo e abriu um momento de defensiva para as alas mais radicais da extrema direita. O que foi feito até aqui é importante, mas está longe de ser suficiente para derrotar o bolsonarismo, como vimos nas dificuldades para instalar a CPI no Congresso Nacional sobre os atos golpistas. Os movimentos sociais e partidos de esquerda devem entrar em luta para colocar Bolsonaro e os golpistas na prisão.
6. A luta contra a extrema direita, portanto, continua sendo o eixo fundamental da ação política do PSOL e justifica a manutenção da tática de construção de frentes políticas e sociais contra as ameaças à democracia e aos direitos sociais. A extrema direita segue se consolidando como a principal força de oposição ao governo Lula, o que exige do PSOL e demais partidos do campo da esquerda apoio e solidariedade contra os ataques da extrema direita ao mandato que se inicia. O PSOL apoiou e seguirá apoiando as medidas que representem avanços e rupturas em relação ao governo Bolsonaro, bem como seguirá reivindicando direitos e conquistas que continuam sendo negados ao nosso povo. Defendemos as medidas proposta pelo “revogaço” elaborado pela FLCMF - necessário para superar o entulho do golpe e do governo Bolsonaro. É o que justifica nossa condição de base de apoio ao governo do presidente Lula.
7. Mas não é só a extrema direita que busca criar dificuldades à reconstrução do Brasil. Parte do chamado “Centrão” liderado por Arthur Lira também atua para inviabilizar o programa eleito pela maioria do povo brasileiro. Os poderes concedidos a Arthur Lira na eleição para a presidência da Câmara poderão cobrar um preço alto. Nossa preocupação se ampliou com a recente Reforma Ministerial. Com a saída de Ana Moser do Ministério dos Esportes e de Márcio França do Ministério de Portos e Aeroportos, Lula convidou PP e Republicanos, que foi à público após a indicação ao Ministério, reiterar que não faz parte da base de apoio do governo no Congresso. Por isso foi correta a posição do PSOL de defender uma candidatura alternativa e apresentar o nome do companheiro Chico Alencar como um contraponto ao controle absoluto de Lira em relação à Câmara.

Percebendo as naturais dificuldades do governo para construir uma base de apoio sólida no Congresso Nacional, Lira e o Centrão partiram para a ofensiva. Além da aprovação das novas regras fiscais com apoio de quase toda a base governista (as exceções foram PSOL e Rede Sustentabilidade), a Câmara dos Deputados votou a urgência do PL 490, que cria o famigerado Marco Temporal e “congela” a demarcação de terras indígenas, alterou atribuições ministeriais na votação da MP 1054, esvaziando os ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas, flexibilizou regras para o desmatamento da Mata Atlântica e abriu brechas para flexibilizar o piso constitucional para saúde. Agora também está em debate uma nova Reforma Eleitoral, que se aprovada, representará um grave prejuízo à democracia brasileira.

8. No plano da economia, a prioridade do governo Lula até aqui foi a queda de braço contra Campos Neto, presidente do Banco Central, em torno da taxa de juros. Essa foi uma posição correta, já que as taxas de juros no Brasil – as mais altas do mundo – seguem

sendo um elemento de desestímulo aos investimentos produtivos em favor do rentismo. O apoio da esmagadora maioria da população – 80% segundo pesquisa Datafolha – aos apelos do presidente pela redução da taxa de juros mostra o acerto dessa posição, apoiada desde o primeiro momento pelo PSOL e sua bancada federal, que também apresentou no Congresso Nacional projeto para reverter a autonomia do Banco Central, uma medida estrutural importante.

9. Mas outros aspectos na economia devem ser observados. As novas regras fiscais mantêm uma lógica de controle dos gastos públicos, num contexto de retomada dos investimentos do Estado em áreas fundamentais, por isso a bancada do PSOL preservou sua autonomia e votou de forma unitária contra o arcabouço fiscal. As perspectivas positivas em relação ao PIB só se explicam pelo aumento do gasto público nos primeiros sete meses de governo, 8,7% maior em relação ao mesmo período do ano passado. Por isso é preocupante que voltem a ser aventadas medidas como a desconstitucionalização dos investimentos em saúde e educação, bandeira histórica da esquerda desde a Constituinte de 1988.
10. Por isso o PSOL defenderá a proteção dos investimentos públicos – inclusive os recursos previstos constitucionalmente para saúde e educação – e combaterá quaisquer propostas que possam impactar as conquistas do povo brasileiro. Isso servirá também para a reforma tributária. Seguiremos reivindicando o Imposto sobre Grandes Fortunas, a revisão das desonerações, a taxação de lucros e dividendos, dentre outros. A taxação das *offshores* e dos fundos exclusivos é uma medida altamente positiva, que contará com nosso apoio.
11. A recriação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança e do Clima junto com o anúncio de concursos públicos para órgãos ambientais e revisão do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) apontam para uma nova política ambiental no Brasil. Entretanto, grandes empreendimentos energéticos como hidrelétricas na região amazônica, pártios eólicos offshore no litoral nordestino e termoelétricas seguem causando problemas socioambientais tais como desapropriação de terras, alteração ou inviabilização dos modos de vida das populações tradicionais, degradação ambiental levando à perda de biodiversidade, à redução da qualidade e disponibilidade hídrica e ao aumento da vulnerabilidade aos desastres naturais. É extremamente urgente que o Estado brasileiro, invista numa transição energética participativa e ecológica, por meio de uma Petrobrás 100% estatal e a serviço dos interesses do povo e da natureza.
12. O agronegócio é responsável pelo avanço da fronteira agrícola sob a floresta amazônica e outros biomas, por conflitos de terra em território indígena, quilombola e da União, por ¼ das emissões de gases de efeito estufa, sem contar com o empobrecimento e contaminação do solo, da água e das comunidades rurais com o uso indiscriminado de agrotóxicos. A bancada ruralista operou uma ofensiva na câmara dos deputados na instalação da CPI do MST com o objetivo de criminalizar os movimentos de luta pela terra, que graças à mobilização popular, foi derrotada.
- ~~13.~~ Nesse contexto, a mobilização social segue sendo necessária. Caso o governo tenha que promover sua agenda apenas contando com o apoio do Congresso Nacional, há chances de retrocessos. A pressão das entidades estudantis e sindicais em torno da revogação

do famigerado “Novo Ensino Médio” é um exemplo de como a mobilização deve ter papel central.

14. O papel do PSOL, sendo parte da base de apoio do governo Lula e preservando a nossa autonomia e nosso programa, é de estimular a permanente mobilização social em favor do programa eleito pela maioria em 2022. Temas centrais desse programa não têm apoio do Congresso, por isso é preciso pensar uma “governabilidade à quente” com forte mobilização popular. Os quatro anos de experiência com o governo Bolsonaro, as condições dramáticas da vitória de Lula no segundo turno e a turbulenta transição com permanentes ameaças golpistas culminando com o levante fascista de 8 de janeiro, reforçaram a necessidade de defender o programa eleito nas urnas e lutar por mais direitos.

15. Neste marco, podemos evitar retrocessos e abrir caminho para lutar por mais direitos e conquistas. Para isso, a mobilização e o enfrentamento às agendas do neoliberalismo e do bolsonarismo devem ser o centro de nossa ação política. Entre nossas prioridades nos próximos anos estarão:

- A defesa do programa eleito pelo povo brasileiro e liderada pelo presidente Lula em 2022;

- Como base de apoio do governo Lula e preservando a nossa autonomia e programa, seguir lutando para fortalecer as políticas sociais, o investimento público e a proteção do meio ambiente;

- Defesa de punição a todos os responsáveis pelo financiamento, preparação e execução dos atos golpistas, sem anistia. Prisão para Bolsonaro e seus comparsas;

- Combater medidas de restrição do investimento públicos exigidos pelo mercado; a lógica da austeridade fiscal não pode determinar o ritmo das mudanças que queremos para o Brasil;

- Defesa de uma transição energética justa e inclusiva frente a crise climática que segue produzindo vítimas no Brasil e no mundo; através de uma Petrobrás 100% pública e Estatal contra a exploração do petróleo na margem equatorial; defesa de um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia, desmatamento zero, garantia de direitos aos povos indígenas, tradicionais e quilombolas reafirmando o compromisso do PSOL com que foi deliberado na conferência da Amazônia;

- Defesa da reversão do legado do golpe com revogação das medidas implementadas após o golpe de 2016 (reforma trabalhista, reforma da previdência e privatização da Eletrobrás; desbolsoanarizar a administração das empresas estatais e universidades;

- Ampliação da mobilização social para defender o programa eleito e construir uma governabilidade apoiada nas forças populares e na mobilização social;

- Prioridade na defesa de um novo modelo tributário, que inclua os pobres no orçamento e os bilionários no imposto de renda, que diminua a taxação no consumo de

bens essenciais e populares e foque na taxação de renda e propriedade, incluindo a criação de impostos dos super-ricos/bilionários.

- Ampliação da diversidade nos espaços de poder, com a defesa da indicação de mulheres, negros e negras e indígenas para as cortes superiores;

- Combate à política de extermínio da juventude negra, pobre e periférica levada à cabo por diferentes polícias militares em todo o Brasil;

- Defesa da reforma agrária e urbana para garantir o cumprimento da função social da propriedade privada, como manda a Constituição Federal; contra a criminalização dos movimentos sociais!

- Defesa do controle social sobre os monopólios da grande mídia, democratizando o acesso à informação, fomentando a comunicação comunitária e a expansão do acesso à internet de forma pública e gratuita a quem mais precisa.

- Reconhecimento da maternidade como trabalho, inclusive no cálculo da aposentadoria, defesa dos direitos reprodutivos das mulheres e combate à violência de gênero.

- Enfrentar o racismo estrutural no Estado, nas empresas e em organizações sociais.

- Promoção da diversidade sexual e de gênero, inclusive nas políticas habitacionais e de educação, com cotas trans nas universidades. Fortalecimento da atenção à saúde da população LGBTI+, com ênfase no processo transexualizador, na política de HIV/AIDS e de saúde mental, com ações setoriais LGBTI no Ministério de Direitos Humanos.